

ESPORTE ADAPTADO

INFORMAÇÃO PARA ATUAÇÃO

Guilherme Raymundo Costa



“Concedei-me, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que não posso modificar, coragem para modificar aquelas que posso e sabedoria para distinguir umas das outras”.

Reinhold Niebuhr

Sumário

- APRESENTAÇÃO.....	04	- GOALBALL.....	26
- SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSO.....	06	- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - GOALBALL.....	28
- INTRODUÇÃO.....	07	- JUDÔ.....	29
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL.....	09	- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - JUDÔ.....	30
- MODALIDADES ESPORTIVAS.....	12	- NATAÇÃO.....	31
- ATLETISMO.....	13	- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - NATAÇÃO.....	32
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-ATLETISMO.....	14	- TÊNIS DE MESA.....	33
- BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS.....	15	- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - TÊNIS DE	
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-BASQUETEBOL.....	16	MESA.....	34
- BOCHA.....	17	- TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS.....	37
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - BOCHA.....	20	- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - TÊNIS EM	
- FUTEBOL DE CINCO.....	21	CADEIRA DE RODAS.....	38
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - FUTEBOL		- VOLEIBOL SENTADO.....	39
DE CINCO.....	23	- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - VOLEIBOL	
- FUTEBOL DE SETE.....	24	SENTADO.....	41
- CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL - FUTEBOL DE		- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
SETE.....	25	- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

Apresentação


As Pessoas com Deficiência (PCD), acabam por ter dificuldades de participar efetivamente de algumas atividades ou de grupos em um ambiente de maior abrangência da sociedade.

Entendemos que uma percepção mais clara desse assunto, ajudará o Professor de Educação Física, a trabalhar melhor seus anseios, sua prática e suas expectativas.

Perrenoud (2000), destacando as novas competências para ensinar, acredita que o professor que trabalha

...com alunos portadores de grandes dificuldades além de ter competências mais precisas em didática e em avaliação, tem que possuir capacidades relacionais que permitam enfrentar todo tipo de mecanismos psíquicos quem impeçam o desenvolvimento da aprendizagem sem se desestabilizar, nem desencorajar.(p.60)





Os indivíduos que seguem a carreira do ensino da Educação Física e do treinamento desportivo, normalmente apreciam a atividade física e participam ativamente dela e dos esportes. Entretanto, muitas vezes não tomam conhecimento da Educação Física e esportes adaptados, até o momento em que se deparam com aquele cliente que necessita de alguma adaptação em suas atividades regulares esportivas.

Segundo Sasaki (2006), a medida que o conceito de inclusão social ganha adeptos no mundo todo, mais e mais profissionais de Educação Física, que atuam nos setores de esporte, turismo, lazer e recreação, estão sendo chamados a enfrentar o desafio de incluir em suas atividades rotineiras as pessoas com deficiência que, individualmente ou em grupos, procuram os clubes e associações desportivas locais.

De início, surge a pergunta: “Estão esses profissionais preparados para receber e orientar pessoas com deficiência?”.

A resposta costuma ser: “Não”. Isto se deve principalmente à idéia que se formou ao longo de muitos anos, segundo a qual seria bastante difícil lidar com pessoas com deficiência e, por isso, essa tarefa deveria ser de exclusiva responsabilidade de especialistas, preferencialmente com formação acadêmica específica em cada tipo de deficiência.

Nada Mais equivocado. As próprias pessoas com deficiência tem com frequência demonstrado que elas são como as demais pessoas e desejam ser incluídas e tratadas como as demais pessoas em recintos comuns.

Símbolo Internacional de Acesso



(Fig. 1)



(Fig. 2)



(Fig. 3)



a) Branco sobre fundo azul

b) Branco sobre fundo preto

c) Preto sobre fundo branco

O Símbolo Internacional de Acesso (Fig. 1), aprovado e adotado no 11º Congresso Mundial sobre Reabilitação de Pessoas Deficientes, realizado pela Rehabilitation International (RI) em setembro de 1969. O Brasil adotou este símbolo através da Lei n. 7.405, de 12/11/85

O Símbolo Internacional de Surdez (Fig.2) foi adotado em 1980 pela Federação Mundial dos Surdos. Ele é o mesmo símbolo que a Canadian Hearing Society havia adotado no Canadá na década de 70. Este símbolo serve para indicar serviços e recintos adequados para pessoas surdas ou com baixa audição.

O Símbolo Internacional de Cegueira (Fig.3), adotado em 1984 pela World Blind Union (WBU). Ele mostra uma pessoa andando com uma bengala longa. Inicialmente, a intenção da WBU foi a de que o símbolo fosse utilizado como sinal de trânsito e como indicativo de acesso para pessoas cegas ou com baixa visão.

Introdução

Nosso objetivo portanto, será de refletir sobre o esporte como fator de inclusão, criando uma cultura de pesquisa sobre a área estudada.

As Pessoas com Deficiência (PCD), acabam por ter dificuldades de participar efetivamente de algumas atividades individuais ou de grupos .

Entendemos que uma percepção mais clara desse assunto, ajudará o Professor de Educação Física, a trabalhar melhor seus anseios, sua prática e suas expectativas.

Para tanto, é necessário que os objetivos que norteiam os programas esportivos sejam bem definidos, não se perdendo de vista as pessoas e a própria responsabilidade educacional e social.



Nada Mais equivocado.

As próprias pessoas com deficiência tem com frequência demonstrado que elas são como as demais pessoas e desejam ser incluídas e tratadas como as demais pessoas em recintos comuns.




Classificação Funcional

Conceitualmente, a classificação funcional utilizada hoje na prática do esporte adaptado constitui-se em um favor de nivelamento entre os aspectos da capacidade física e competitiva, colocando as deficiências semelhantes em um grupo determinado.

Isso permite oportunizar a competição entre indivíduos com várias seqüelas de deficiência, pois o sistema de classificação eficiente é o pré-requisito para uma competição mais equiparada.

O primeiro tipo de classificação para pessoas com deficiência física foi desenvolvido ainda no início do esporte para deficientes, que ocorreu na Inglaterra, em 1944, por meio de médicos e especialistas da área de reabilitação.






No Brasil, o método foi usado pela primeira vez em 1984, no campeonato de Basquete de Rodas (ABRADECAR).

Na década de 90, com a introdução da classificação funcional no basquete, também foram propostas mudanças no atletismo. Cada esporte determina seu próprio sistema de classificação, baseado nas habilidades funcionais, identificando as áreas chaves que afetam o desempenho para a performance básica do esporte escolhido.

A habilidade funcional necessária independe do nível de habilidade ou treinamento adquirido. Um atleta que compete em mais de um esporte recebe uma classificação diferenciada para cada modalidade.





A equipe de classificação pode ser composta por três profissionais da área de saúde: médico, fisioterapeuta e um professor de Educação Física. A classificação é realizada em três estágios: médico, funcional e técnico.

Avaliação Médica

Na parte médica é feito um exame físico para verificar exatamente a patologia do atleta bem como sua inabilidade que afeta a função muscular necessária para um determinado movimento. As informações são descritas em fichas apropriadas e arquivadas no banco de dados do CPB.

Avaliação Funcional

Na avaliação funcional são realizados testes de força muscular, amplitude de movimento articular, mensuração de membros, coordenação motora, evidenciando os resíduos musculares utilizados para a performance na prova.

Avaliação Técnica

Por último vem a avaliação técnica que consiste na demonstração da prova realizada utilizando as adaptações necessárias. São observados os grupos musculares na realização do movimento, técnica utilizada, prótese e órtese utilizada. Durante a competição, os classificadores poderão continuar observando os atletas.

MODALIDADES ESPORTIVAS

ATLETISMO
BASQUETEBOL EM CADEIRA DE RODAS
BOCHA
FUTEBOL DE CINCO
FUTEBOL DE SETE
GOALBALL
JUDÔ
NATAÇÃO
TÊNIS DE MESA
TÊNIS EM CADEIRA DE RODAS
VOLEIBOL SENTADO



Atletismo

Atletas com deficiência física e visual, de ambos os sexos, podem praticar a modalidade. As provas são de acordo com a deficiência dos competidores, divididas entre corridas, saltos, lançamentos e arremessos. Nas provas de pista (corridas), dependendo do grau de deficiência visual do atleta, ele pode ser acompanhado por um atleta-guia, que corre ao seu lado ligado por uma cordinha. Ele tem a função de direcionar o atleta, mas não deve puxá-lo, sob pena de desclassificação. As competições seguem as regras da Federação Internacional de Atletismo (IAAF), com algumas adaptações para o uso de próteses, cadeira de rodas ou guia, mas sem oferecer vantagem em relação aos seus adversários.

No Brasil, a modalidade é administrada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.



Classificação Funcional - Atletismo

Para provas de campo:

Arremesso, Lançamentos e Saltos

F – Field (campo)

F11 à F13 – Deficientes visuais

F20 – Deficientes mentais

F31 à F38 – Paralisados Cerebrais

(31 à 34 Cadeirantes e 35 à 38 Ambulantes)

F40 – Anões

F41 a F46 – Amputados e outros (*les autres*)

F51 a F58 – Competem em cadeiras

(Sequelas de poliomielite, Lesões medulares e Amputações)

Para provas de pista:

Corridas de velocidade e fundo

T – Track (pista)

T11 à T13 – Deficientes visuais

T20 – Deficientes mentais

T31 à T38 – Paralisados cerebrais

(31 à 34 Cadeirantes e 35 à 38 Ambulantes)

T41 a T46 – Amputados e outros (*les autres*)

T51 a T54 – Competem em cadeiras

(Sequelas de poliomielite, Lesões medulares e Amputações)

OBS: A classificação é a mesma para ambos os sexos. Entretanto, os pesos dos implementos utilizados no arremesso de peso e nos lançamentos de dardo e disco variam de acordo com a classe de cada atleta.

Basquetebol em Cadeira de Rodas

O basquete em cadeira de rodas começou a ser praticado nos Estados Unidos, em 1945. Os jogadores eram ex-soldados do exército norte-americano feridos durante a 2ª Guerra Mundial.

A modalidade é praticada por atletas de ambos os sexos que tenham alguma deficiência físico-motora, sob as regras adaptadas da Federação Internacional de Basquete em Cadeira de Rodas (IWBF).

As cadeiras são adaptadas e padronizadas, conforme previsto na regra. A cada dois toques na cadeira, o jogador deve quicar, passar ou arremessar a bola.

As dimensões da quadra e a altura da cesta são as mesmas do basquete olímpico.

No Brasil, a modalidade é administrada pela Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas (CBBC).



Classificação Funcional - Basquetebol

Cada atleta é classificado de acordo com comprometimento físico-motor e a escala obedece aos números 1, 2, 3, 4 e 4,5.

Com objetivo de facilitar a classificação e a participação de atletas que apresentam qualidades de mais de uma classe distinta (os chamados casos limítrofes) foram criadas quatro classes intermediárias: 1,5, 2,5 e 3,5.

O número máximo de pontuação em quadra não pode ultrapassar 14 e vale a regra de que, quanto maior a deficiência, menor a classe.



Equipe de Basquetebol em Cadeira de Rodas de Volta Redonda – RJ

VR SOBRE RODAS

Bocha

Competem na bocha paralímpica paralisados cerebrais severos que utilizem cadeira de rodas. O objetivo do jogo é lançar bolas coloridas o mais perto possível de uma bola branca chamada de *jack* (conhecida no Brasil como *bolim*). É permitido o uso das mãos, dos pés ou de instrumentos de auxílio para atletas com grande comprometimento nos membros superiores e inferiores. Há três maneiras de se praticar o esporte: individual, duplas ou equipes. Antes de começar a partida, o árbitro tira na moeda (cara ou coroa) o direito de escolher se quer competir com as bolas de couro vermelhas ou azuis.

O lado que escolhe as vermelhas inicia a disputa, jogando primeiro o *jack* e uma bola vermelha.

Depois, é a vez da bola azul entrar em ação. A partir de então, os adversários se revezam a cada lance para ver quem consegue posicionar as bolas o mais perto possível do *jack*. As partidas ocorrem em quadras cobertas, planas e com demarcações no piso. A área do jogo mede 6m de largura por 12,5m de comprimento.



Para ganhar um ponto, o atleta tem de jogar a bola o mais próximo do *jack*. Caso este mesmo jogador tenha colocado outras esferas mais próximas do alvo, cada uma delas também vale um ponto.

Se duas bolas de cores diferentes ficam à mesma distância da esfera branca, os dois lados recebem um ponto.

Vence quem acumula a maior pontuação.

As partidas são divididas em *ends*, que só terminam após todas as bolas serem lançadas. Um limite de tempo é estabelecido por *end*, de acordo com o tipo de disputa.



A contagem começa quando o árbitro indica quem fará o lance até quando a bola para. Nas competições individuais, são quatro *ends* e os atletas jogam seis esferas em cada um deles. Nas duplas, os confrontos têm quatro partes e cada atleta tem direito a três bolas por período.

Quando a disputa é por trios, seis *ends* compõem as partidas. Neste caso, todos os jogadores têm direito a duas esferas por parte do jogo.

No Brasil, a bocha é administrada pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE).



Classificação Funcional - Bocha

Jogadores com paralisia cerebral são classificados como CP1 ou CP2, bem como atletas com outras deficiências severas (como distrofia muscular), que também são elegíveis para competir na bocha.

Os jogadores podem ser incluídos em quatro classes a depender da classificação funcional:

BC1: Tanto para arremessadores CP1 como para jogadores CP2. Atletas podem competir com o auxílio de ajudantes, que devem permanecer fora da área de jogo do atleta. O assistente pode apenas estabilizar ou ajustar a cadeira do jogador e entregar a bola a pedido.

BC2: Para todos os arremessadores CP2. Os jogadores não podem receber assistência.

BC3: Para jogadores com deficiências muito severas.

Os jogadores usam um dispositivo auxiliar e podem ser ajudados por uma pessoa, que deve permanecer na área de jogo do atleta mas deve se manter de costas para os juízes e evitar olhar para o jogo.

BC4: Para jogadores com outras deficiências severas, mas que não podem receber auxílio.

Futebol de Cinco

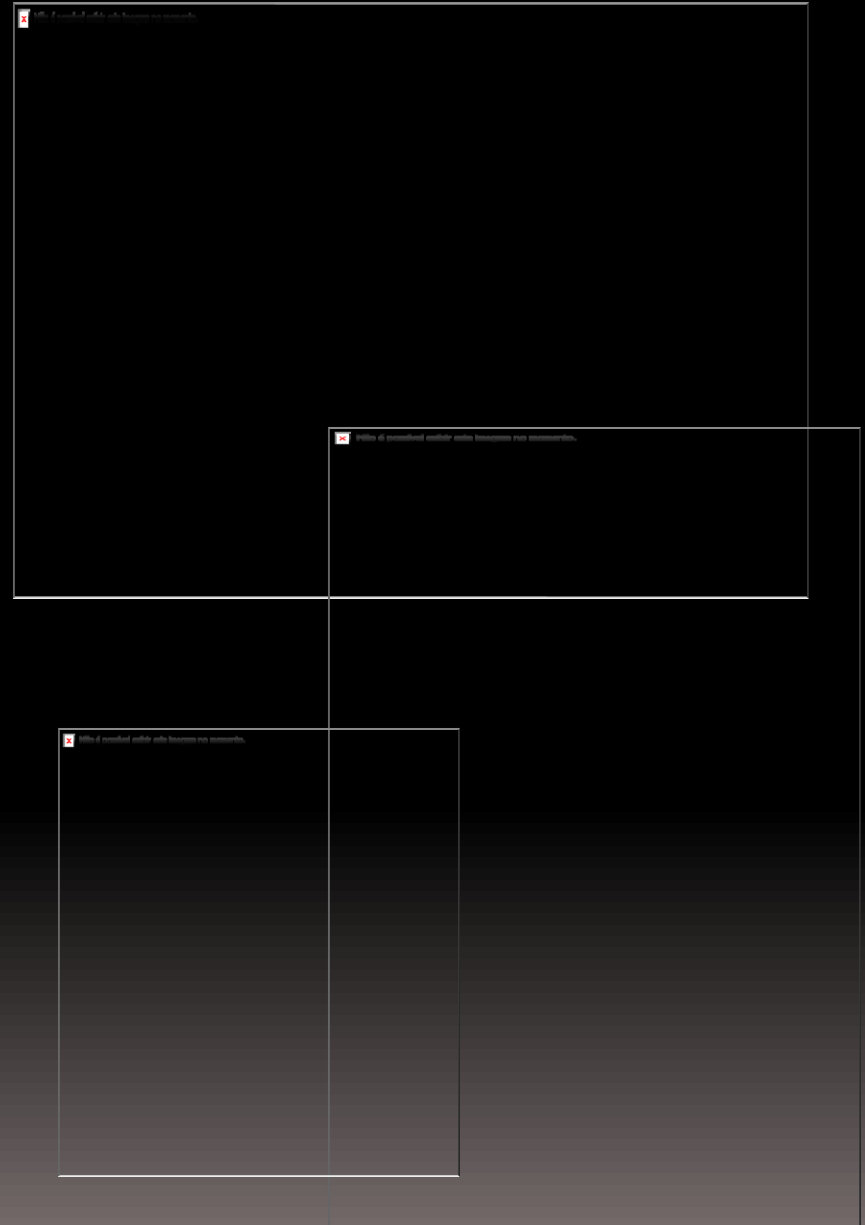
O futebol de cinco é exclusivo para cegos ou deficientes visuais. As partidas normalmente são em uma quadra de futsal adaptada, mas desde os Jogos Paralímpicos de Atenas também tem sido praticadas em campos de grama sintética. O goleiro tem visão total e não pode ter participado de competições oficiais da Fifa nos últimos cinco anos. Junto às linhas laterais, são colocadas bandas que impedem que a bola saia do campo. Cada time é formado por cinco jogadores – um goleiro e quatro na linha. Diferente dos estádios com a torcida gritando, as partidas de futebol de cinco são silenciosas, em locais sem eco.



A bola tem guizos internos para que os atletas consigam localizá-la. A torcida só pode se manifestar na hora do gol.

Os jogadores usam uma venda nos olhos e se tocá-la é falta. Com cinco infrações, o atleta é expulso de campo e pode ser substituído por outro jogador. Há ainda um guia, o chamador, que fica atrás do gol, para orientar os jogadores, dizendo onde devem se posicionar em campo e para onde devem chutar. O jogo tem dois tempos de 25 minutos e intervalo de 10 minutos.

No Brasil, a modalidade é administrada pela Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV).



Classificação Funcional - Futebol de Cinco

Em Jogos Paralímpicos, esta modalidade é exclusivamente praticada por atletas da classe *B1* (cegos totais) que não têm nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos; ou têm percepção de luz, mas com incapacidade de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou direção. Os atletas são divididos em três classes que começam sempre com a letra B (*blind*, cego em inglês).

B1 – Cego total: de nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos até a percepção de luz, mas com incapacidade de reconhecer

o formato de uma mão a qualquer distância ou direção.

B2 – Jogadores já têm a percepção de vultos. Da capacidade em reconhecer a forma de uma mão até a acuidade visual de 2/60 e/ou campo visual inferior a 5 graus.

B3 – Os jogadores já conseguem definir imagens. Da acuidade visual de 2/60 a acuidade visual de 6/60 e/ou campo visual de mais de 5 graus e menos de 20 graus.

||| Futebol de Sete

Em 1978 surgiu o futebol de 7 para paralisados cerebrais. Foi na cidade de Edimburgo, na Escócia, que aconteceram as primeiras partidas. O futebol de sete é praticado por atletas do sexo masculino, com paralisia cerebral, decorrente de seqüelas de traumatismo crânio-encefálico ou acidentes vasculares cerebrais.

As regras são da FIFA, mas com algumas adaptações feitas pela Associação Internacional de Esporte e Recreação para Paralisados Cerebrais (CP-ISRA).

O campo tem no máximo 75m x 55m, com balizas de 5m x 2m e a marca do pênalti fica a 9,20m do centro da linha de gol.

Cada time tem sete jogadores (incluindo o goleiro) e cinco reservas. A partida dura 60 minutos, divididos em dois tempos de 30, com um intervalo de 15 minutos. Não existe regra para impedimento e a cobrança lateral pode ser feita com apenas uma das mãos, rolando a bola no chão. Os jogadores pertencem às classes menos afetadas pela paralisia cerebral e não usam cadeira de rodas. No Brasil, a modalidade é administrada pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE).

Classificação Funcional - Futebol de Sete

Os jogadores são distribuídos em classes de 5 a 8, de acordo com o grau de comprometimento físico. Quanto maior a classe, menor o comprometimento do atleta. Durante a partida, o time deve ter em campo no máximo dois atletas da classe 8 (menos comprometidos) e, no mínimo, um da classe 5 ou 6 (mais comprometidos). Os jogadores da classe 5 são os que têm o maior comprometimento motor e, em muitos casos, não conseguem correr. Assim, para estes atletas, a posição mais comum é a de goleiro.

Vale lembrar que a paralisia cerebral compromete de variadas formas a capacidade motora dos atletas, mas, em cerca de 45% dos indivíduos, a capacidade intelectual não é comprometida.



GoalBall

O goalball foi criado em 1946 pelo austríaco Hanz Lorezen e o alemão Sepp Reindle, que tinham como objetivo reabilitar veteranos da Segunda Guerra Mundial que perderam a visão.

Em 1980 na Paraolimpíada de Arnhem, o esporte passou a integrar o programa paralímpico. Em 1982, a Federação Internacional de Esportes para Cegos (IBSA) começou a gerenciar a modalidade. As mulheres entraram para o goalball nas Paraolimpíadas de Nova Iorque, em 1984.



A modalidade foi implementada no Brasil em 1985. Inicialmente, o Clube de Apoio ao Deficiente Visual (CADEVI) e a Associação de Deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR) realizaram as primeiras partidas.



Ao contrário de outras modalidades paralímpicas, o goalball foi desenvolvido exclusivamente para pessoas com deficiência – neste caso a visual. A quadra tem as mesmas dimensões da de vôlei (9m de largura por 18m de comprimento). As partidas duram 20 minutos, com dois tempos de 10.

Cada equipe conta com três jogadores titulares e três reservas. De cada lado da quadra tem um gol com nove metros de largura e 1,2 de altura.

Os atletas são, ao mesmo tempo, arremessadores e defensores. O arremesso deve ser rasteiro e o objetivo é balançar a rede adversária.

A bola possui um guizo em seu interior que emite sons – existem furos que permitem a passagem do som – para que os jogadores saibam sua direção.

O Goalball é um esporte baseado nas percepções tátil e auditiva, por isso não pode haver barulho no ginásio durante a partida, exceto no momento entre o gol e o reinício do jogo. A bola tem 76 cm de diâmetro e pesa 1,25 kg. Sua cor é alaranjada e é mais ou menos do tamanho da de basquete.

Hoje o goalball é praticado em 112 países nos cinco continentes.

No Brasil, a modalidade é administrada pela Confederação Brasileira de Deporto para Deficientes Visuais(CBDV).

Classificação Funcional - GoalBall

Nesta modalidade os atletas deficientes visuais das classes B1, B2 e B3, competem juntos, ou seja, do atleta completamente cego até os que possuem acuidade visual parcial.

Aqui também vale a regra de que quanto menor o código de classificação, maior o grau da deficiência. Todas as classificações são realizadas através da mensuração do melhor olho e da possibilidade máxima de correção do problema. Todos os atletas, inclusive das classes B2 e B3 (com visão parcial), utilizam uma venda durante as competições para que

todos possam competir em condições de igualdade.

B1 – Cego total: de nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos até a percepção de luz, mas com incapacidade de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou direção.

B2 – Jogadores que já têm a percepção de vultos. Da capacidade em reconhecer a forma de uma mão até a acuidade visual de 2/60 ou campo visual inferior a 5 graus.

B3 – Os jogadores conseguem definir imagens. Acuidade visual de 2/60 a 6/60 ou campo visual entre 5 e 20 graus.

Judô

A arte marcial foi a primeira modalidade de origem asiática a entrar no programa paralímpico. Desde a década de 70 já se praticava a modalidade. A estréia em Paralimpíadas foi em 1988, em Seul. Na época, só lutaram os homens com deficiência visual. E assim foi em Barcelona, Atlanta e Sydney. Em Atenas (2004) marcam a entrada das mulheres nos tatames paralímpicos. A entidade responsável pelo esporte é a Federação Internacional de Esportes para Cegos, fundada em Paris, em 1981. Assim como em todo o mundo, a década de 70 marcou o princípio do judô no Brasil.



Classificação Funcional - Judô

Nesta modalidade os atletas deficientes visuais das classes B1, B2 e B3, competem juntos, ou seja, do atleta completamente cego até os que possuem acuidade visual parcial. Os atletas são divididos em três classes que começam sempre com a letra B (*blind*, cego em inglês). Homens e mulheres têm o mesmo parâmetro de classificação.

B1 – Cego total: de nenhuma percepção luminosa em ambos os olhos até a percepção

de luz, mas com incapacidade de reconhecer o formato de uma mão a qualquer distância ou direção.

B2 – Lutadores que já têm a percepção de vultos. Da capacidade em reconhecer a forma de uma mão até a acuidade visual de 2/60 ou campo visual inferior a 5 graus.

B3 – Os lutadores conseguem definir imagens. Acuidade visual de 2/60 a 6/60 ou campo visual entre 5 e 20 graus.

Natação

A natação está presente no programa oficial de competições desde a primeira Paralimpíada, em Roma (1960). Homens e mulheres sempre estiveram nas piscinas em busca de medalhas. Na natação, competem atletas com diversos tipos de deficiência (física e visual) em provas como dos 50m aos 400m no estilo livre, dos 50m aos 100m nos estilos peito, costas e borboleta. O medley é disputado em provas de 150m e 200m. As provas são divididas na categoria masculino e feminino, seguindo as regras do IPC Swimming, órgão responsável pela natação no Comitê Paralímpico Internacional.



As adaptações são feitas nas largadas, viradas e chegadas.

Os nadadores cegos recebem um aviso do *tapper*, por meio de um bastão com ponta de espuma quando estão se aproximando das bordas.

A largada também pode ser feita na água, no caso de atletas de classes mais baixas, que não conseguem sair do bloco.

As baterias são separadas de acordo com o grau e o tipo de deficiência.

No Brasil, a modalidade é administrada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro.



Classificação Funcional - Natação

O atleta é submetido à equipe de classificação, que procederá a análise de resíduos musculares por meio de testes de força muscular; mobilidade articular e testes motores (realizados dentro da água).

Vale a regra de que quanto maior a deficiência, menor o número da classe.

As classes sempre começam com a letra S (*swimming*) e o atleta pode ter classificações diferentes para o nado peito (SB) e o medley (SM).

S1 a S10 / SB1 a SB9 / SM1 a SM10 – nadadores com limitações físico-motoras.

S11, SB11, SM11 S12, SB12, SM12 S13, SB13, SM13 – nadadores com deficiência visual (a classificação neste caso é a mesma do judô e futebol de cinco).

S14, SB14, SM14 – nadadores com deficiência mental.

Tênis de Mesa

O tênis de mesa é um dos mais tradicionais esportes paralímpicos, disputado desde os Jogos de Roma tanto no masculino quanto no feminino. Todas as edições dos Jogos Paralímpicos tiveram disputas da modalidade. No tênis de mesa participam atletas do sexo masculino e feminino com paralisia cerebral, amputados e cadeirantes.

As competições são divididas entre atletas andantes e cadeirantes. Os jogos podem ser individuais, em duplas ou por equipes. As partidas consistem em uma melhor de cinco sets, sendo que cada um deles é disputado até que um dos jogadores atinja 11 pontos.



Em caso de empate em 10 a 10, vence quem primeiro abrir dois pontos de vantagem. A raquete pode ser amarrada na mão do atleta para facilitar o jogo.

A instituição responsável pela modalidade é a Federação Internacional de Tênis de Mesa (ITTF).

Em relação ao tênis de mesa convencional existem apenas algumas diferenças nas regras, como na hora do saque para a categoria cadeirante.

No Brasil, a modalidade é organizada pela Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM).



Classificação Funcional – Tênis de Mesa

Os atletas são divididos em onze classes distintas.

Mais uma vez, segue a lógica de que quanto maior o número da classe, menor é o comprometimento físico-motor do atleta.

A classificação é realizada a partir da mensuração do alcance de movimentos de cada atleta, sua força muscular, restrições locomotoras, equilíbrio na cadeira de rodas e a habilidade de segurar a raquete.

TT1, TT2, TT3, TT4 e TT5 – atletas cadeirantes

TT6, TT7, TT8, TT9, TT10 – atletas andantes

TT11 - atletas andantes com deficiência mental



Tênis em Cadeira de Rodas

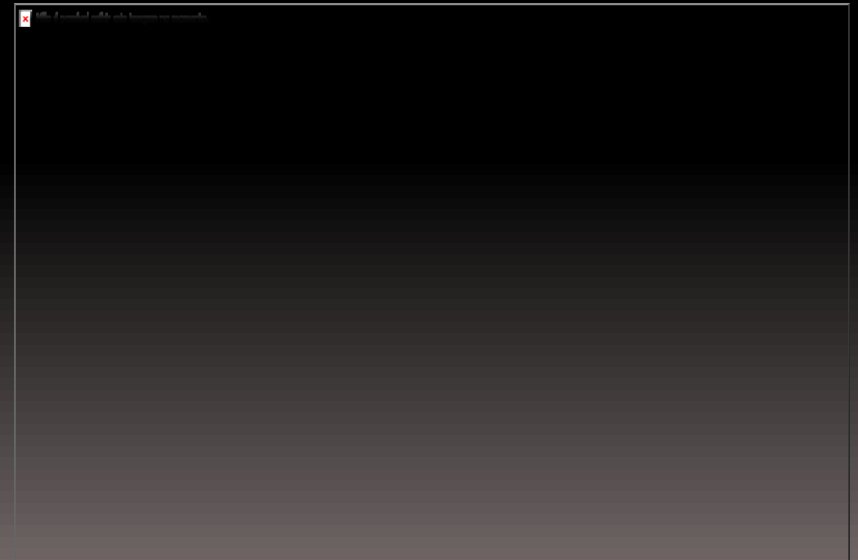
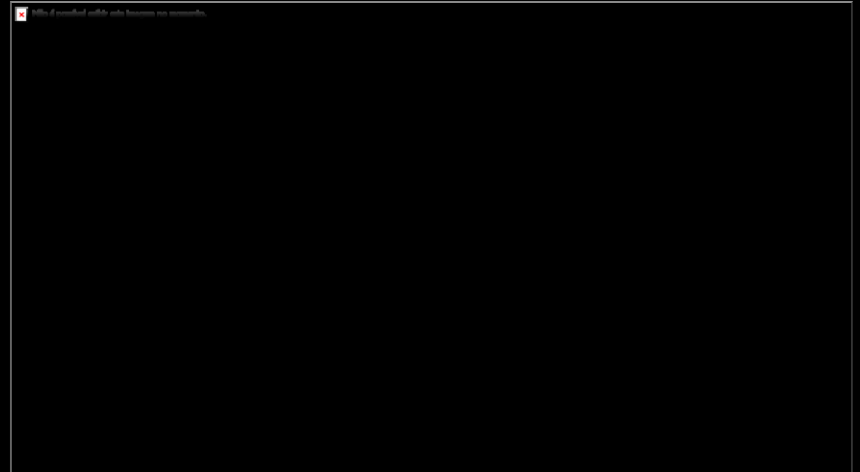
O tênis em cadeira de rodas foi criado em 1976, nos Estados Unidos, por Jeff Minnenbraker e Brad Parks. Eles construíram as primeiras cadeiras adaptadas para o jogo e difundiram em seu país. Em 1977 teve o primeiro torneio pioneiro, em Griffith Park, na Califórnia. O primeiro campeonato nacional nos EUA aconteceu em 1980. Oito anos depois, foi fundada a Federação Internacional de Tênis em Cadeira de Rodas (IWTF). Em 1988, a modalidade foi exibida nos Jogos Paralímpicos de Seul. Em 1991, a entidade foi incorporada à Federação Internacional de Tênis (ITF), que hoje é a responsável pela administração, regras e desenvolvimento do esporte em nível global.



Classificação Funcional-Tênis Cadeira Rodas

O único requisito para que uma pessoa possa competir em cadeira de rodas é ter sido medicamente diagnosticada uma deficiência relacionada com a locomoção, em outras palavras, deve ter total ou substancial perda funcional de uma ou mais partes extremas do corpo.

Se como resultado dessa limitação funcional a pessoa for incapaz de participar de competições de tênis convencionais (para pessoas sem deficiência física), deslocando-se na quadra com velocidade adequada, estará credenciada para participar dos torneios de tênis para cadeirantes.



Voleibol Sentado

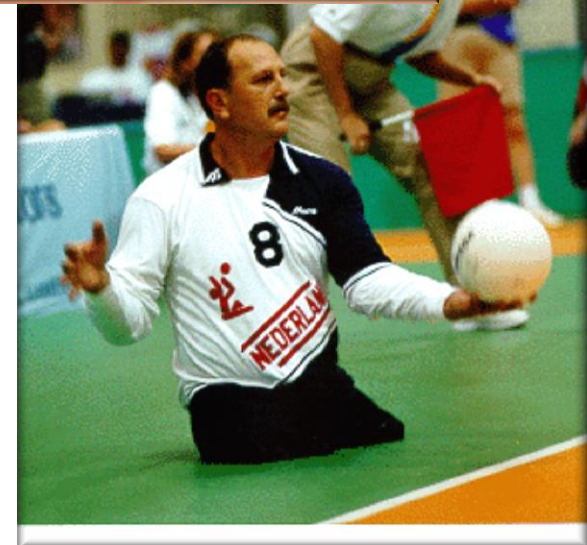
Em 1956, na Holanda, houve a fusão do voleibol convencional e o *sitzbal*, esporte alemão que não tem a rede, praticado por pessoas com mobilidade limitada e jogam sentadas, resultando no voleibol sentado. Na modalidade, podem competir amputados, paralisados cerebrais, lesionados na coluna vertebral e pessoas com outros tipos de deficiência locomotora.

No voleibol sentado, competem atletas amputados, principalmente de membros inferiores (muitos são vítimas de acidentes de trânsito) e pessoas com outros tipos de deficiência locomotora (sequelas de poliomielite, por exemplo).

O voleibol paralímpico é organizado internacionalmente pela Organização Mundial de Voleibol para Deficientes (WOVD). No Brasil, a modalidade é administrada pela Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico (ABVP).

Em relação ao convencional a quadra é menor, com dez por seis metros, e a altura da rede é inferior à da modalidade, com 1,15m do solo no masculino e 1,05m para o feminino. Os atletas jogam sentados na quadra. No voleibol paralímpico, o saque pode ser bloqueado. A quadra se divide em zonas de ataque e defesa. É permitido o contato das pernas de jogadores de um time com os do outro, porém as mesmas não podem atrapalhar o jogo do adversário.

O contato com o chão deve ser mantido em toda e qualquer ação, sendo permitido perdê-lo somente nos deslocamentos. Cada jogo é decidido em melhor de cinco sets, vencendo o time que marcar 25 pontos no set. Em caso de empate, ganha o primeiro que abrir dois pontos de vantagem. Há ainda o *tie break* de 15 pontos.



Classificação Funcional - Voleibol Sentado

O sistema de classificação funcional do voleibol é dividido, portanto, entre amputados e *les autres*. Para amputados, são nove classes básicas baseadas nos seguintes códigos:

AK – Acima ou através da articulação do joelho (*aboveknee*)

BK – Abaixo do joelho, mas através ou acima da articulação tálus-calcâneo (*belowknee*)

AE – Acima ou através da articulação do cotovelo (*above elbow*)

BE – Abaixo do cotovelo, mas através ou acima da articulação do pulso (*below elbow*)

Classe A1 = Duplo AK

Classe A2 = AK Simples

Classe A3 = Duplo BK

Classe A4 = BK Simples

Classe A5 = Duplo AE

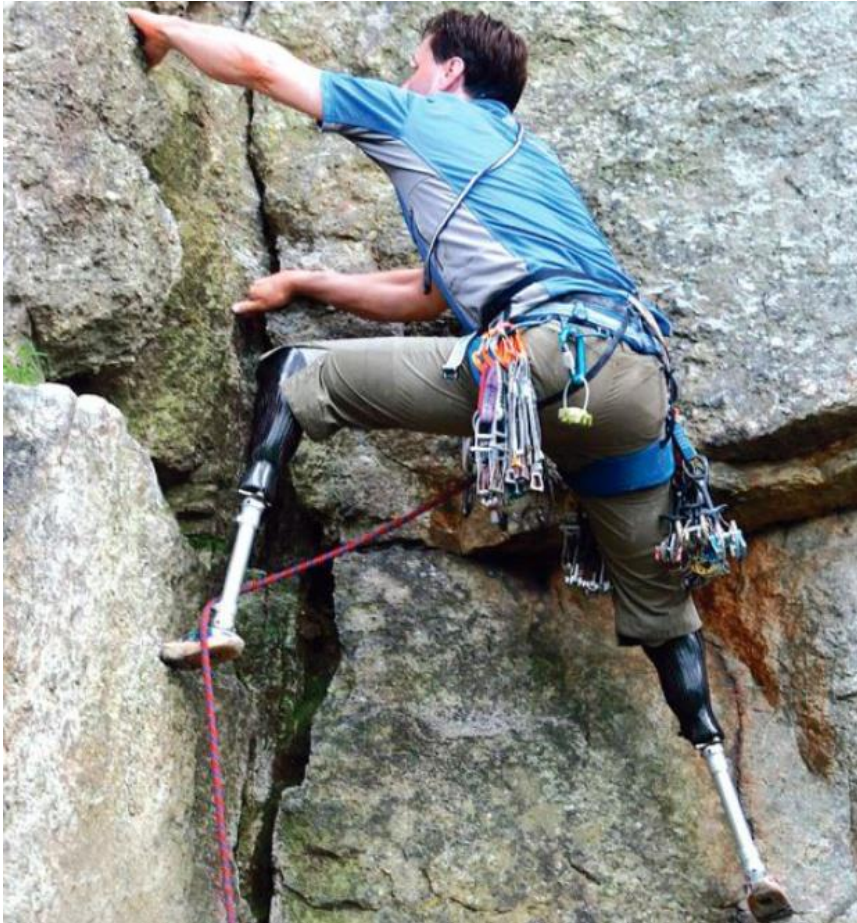
Classe A6 = AE Simples

Classe A7 = Duplo BE

Classe A8 = BE Simples

Classe A9 = Amputações combinadas de membros inferiores e superiores

Considerações Finais



Este trabalho vem informar sobre as modalidades esportivas que podem ser trabalhadas em todos os setores da educação. O que precisamos construir todos os dias, é o desejo de que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de vivenciar estas práticas esportivas bem orientadas pelo professor de Educação Física. E para isto, devemos também, buscar a informação. Não podemos deixar que o nosso desconhecimento gere a exclusão. A sensibilidade de percebermos que ainda falta algo para a contemplação do indivíduo, deve servir de alerta para nos capacitar, e assim aplicar este conhecimento com segurança e boa vontade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SASSAKI, Romeu, K., **Inclusão. Construindo uma Sociedade para todos.** 7ª Ed. WVA Editora. Rio de Janeiro. 2006

PERRENOUD, Philippe. **Escola e cidadania: o papel da escola na formação para a democracia.** Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CPB. **Comitê Paralímpico Brasileiro.** Disponível em: <http://www.cpb.org.br/>
Último acesso em: 31 JAN. 2013, 21:25

“O conhecimento nunca está terminado. É uma teia que vamos tecendo a partir da superação dos limites: eu respeito o limite do outro e estabeleço com ele o pacto do cuidado, ao mesmo tempo em que ambos avançamos. Não posso negar o que o outro é, e nem encarar o não saber como limite. Toda estranheza cai por terra se dividimos nossas necessidades“

Pe. Fábio de Melo

“ A cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca e que, esquivando-nos do sofrimento, predemos também a felicidade.”

Carlos Drummond de Andrade

E-mail encaminhado para o Comitê Paralímpico Brasileiro, no dia 02 de Julho de 2012, pedindo autorização para utilização das informações contidas no site www.cpb.org.br

Prezada Janaína,

Venho através deste e-mail, como dito em contato telefônico anterior, pedir uma autorização para utilização de parte do conteúdo do site www.cpb.org.br.

Meu nome é Guilherme Raymundo Costa, estou finalizando o Mestrado Profissional em Ciências em Saúde e Meio Ambiente, pelo Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, localizado na cidade de Volta Redonda – RJ. Para Defesa e Qualificação, devo apresentar um produto, que possa dar apoio a formação pedagógica, onde deverá atingir a estrutura educacional, nos diversos nível (Educação Básica e Graduação). O título deste produto é “Esporte adaptado – Informação para Atuação” onde contempla a história da educação especial, o papel do professor de Educação Física no contexto educacional e principalmente na sua formação acadêmica. Dentro dos capítulos, existe uma parte que fala especificamente dos esportes adaptados, e nada melhor que consultar o Comitê para obter tais informações com clareza e fidelidade. Mas para isto necessito de uma autorização de vocês para que consiga completar este capítulo.

Lembro que este produto não tem caráter de ganho financeiro.

Me coloco a disposição para esclarecimentos.

Tel.: (24) 81314161

Att

Guilherme Costa

Resposta encaminhada dia 02 de Julho de 2012

Olá, Guilherme

Boa tarde

Autorizamos a reprodução do conteúdo do site do CPB, desde que citado a fonte, para fins educativos!

Boa sorte na produção acadêmica.

Abs!

 COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO	Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) Brazilian Paralympic Committee SBN, Quadra 02 Bloco F Ed. Via Capital, 14º andar Brasília DF Brasil CEP: 70.040-020 www.cpb.org.br	Janaína Lazzaretti Comunicação Communication Fone: +55 61 3031.3035 Cel.: +55 61 8161.9271 Fax: +55 61 3031.3023
---	---	--